

Mensagem nº 18, 10 de novembro de 2017.

Caros companheiros de jornada,

Em uma semana em que a pauta do Congresso Nacional foi a questão da segurança pública, o Colégio de Procuradores de Justiça se reuniu em sessão administrativa para discutir a Nota Técnica 02/2017, com vistas ao aprimoramento do plantão junto ao Tribunal de Justiça. A discussão, que prosseguirá, envolveu, dentre outros pontos, a necessidade de que os Procuradores de Justiça plantonistas sejam cientificados das decisões ainda no plantão, a fim de viabilizar eventuais recursos ou impugnações.

A grave questão da violência foi exposta pelo coordenador do CAOp Criminal, Promotor de Justiça Cláudio Cabral, em outra reunião, com a apresentação de relatório quantitativo de criminalidade na Grande Ilha de São Luís, cujos resultados encaminhei ao Governo do Estado e Secretaria de Segurança, para o planejamento das ações na área.

O GAECO e o 1º Departamento de Combate à Corrupção da Polícia Civil (1º Deccor) realizaram importantes operações em Mirinzal, para identificar possíveis desvios de verbas públicas, além de outros crimes, como também atuaram em Imperatriz e na capital, desvendando uma organização criminosa envolvendo policiais militares suspeitos de roubos a banco e atividades de extermínio.

Ainda na pauta do combate à violência, em conjunto com o CAOp da Infância e Juventude, coordenado pelo Promotor de Justiça Sandro Lobato, realizei reunião com a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Ana Amélia Bandeira, para entrega de Recomendação tratando da necessidade de o órgão disciplinar as normas gerais, no Estado do Maranhão, sobre a escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas de violência, resultado de nota técnica de grupo de trabalho sob a relatoria da Promotora de Justiça Michelle Saraiva.

No outro polo da proteção, a Administração Superior, por meio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP-MA) e do CAOp do Idoso e da Pessoa com Deficiência, coordenado pelo Promotor de Justiça Carlos Augusto Soares, realizou o seminário "Atuação do Ministério Público na defesa dos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência", que contou com a participação de membros da instituição que atuam na área e representantes de órgãos e entidades que compõem a rede de defesa e proteção da pessoa idosa e com deficiência, foram expositores os Promotores de Justiça José Augusto Cutrim Gomes e Ronald Pereira dos Santos.

Já o CAOp de Direitos Humanos, coordenado pela Procuradora de Justiça Sandra Elouf, com o objetivo de efetivar a implementação do ensino das histórias africana, afro-brasileira e indígena nas escolas do estado, promoveu o seminário "Conhecendo a História Africana e Afro-brasileira", com base nas leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que preconizam o ensino obrigatório do referido conteúdo nos currículos das escolas brasileiras. O evento foi apoiado pelo CAOp da Educação, sob a coordenação da Promotora de Justiça Érica Beckman.

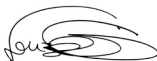
Em mais uma atividade de aproximação com a sociedade, estudantes do Centro de Ensino Estado do Amazonas, localizado no bairro de Fátima, visitaram a sede do Memorial do Ministério Público do Maranhão, em São Luís, como parte do projeto "A Escola no Memorial do MPMA", quando assistiram a uma palestra do promotor de justiça Raimundo Nonato Leite, da Secretaria de Planejamento e Gestão do MPMA, a respeito da missão e das atribuições do Ministério Público.

A subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Mariléa Campos dos Santos Costa, realizou reunião com a superintendente de Perícia Médica do Estado, Áurea Murad, juntamente com a equipe do Gabinete Médico da Procuradoria Geral de Justiça, para a discussão de um alinhamento de conduta nas atividades dos dois órgãos (Gabinete Médico e Perícia) nos processos referentes a perícias e licenças médicas para membros e servidores, tornando-os mais céleres, como mais uma atividade do programa institucional de qualidade de vida.

A movimentação na carreira foi reiniciada com as inscrições para as remoções na capital, que propiciarão significativa rotação de membros.

Encerro registrando a felicidade de ter recebido a Medalha Antônio Rodrigues Vellozo, durante a comemoração dos 204 anos de instalação do Tribunal de Justiça, homenagem que entendo ser a todos os homens e mulheres, de ontem e de hoje, que construímos essa instituição tão importante para a sociedade e que nunca deve deixar de atender os reclamos sociais pelo combate ingente por seus difeitos fundamentais, missão constitucional do Parquet.

Avante MP! Deus nos abençoe a todos!



Luís Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça